

**Acordo entre as  
Autoridades Nacionais  
de Segurança de  
Portugal e do Reino da  
Espanha relativo à  
segurança operacional e  
interoperabilidade das  
atividades ferroviárias  
nas secções  
transfronteiriças**

**Acuerdo entre las  
Autoridades Nacionales  
de Seguridad de Portugal  
y del Reino de España  
referente a la seguridad  
operacional e  
interoperabilidad de las  
actividades ferroviarias  
en las secciones  
fronterizas**

**Instituto da Mobilidade e dos  
Transportes (IMT)**

Av. Elias Garcia, 103  
1050-098 LISBOA  
imt@imt-ip.pt  
<http://www.imt-ip.pt>

**Agencia Estatal de Seguridad  
Ferroviaria (AESF)**

Plaza de los Sagrados Corazones, nº 7  
28036 Madrid

<http://www.seguridadferroviaria.es>

**Acordo entre as Autoridades Nacionais de Segurança de Portugal e do Reino da Espanha relativo à segurança operacional e interoperabilidade das atividades ferroviárias nas secções transfronteiriças**

Em novembro 2023,

**Reunidos:**

- D. Francisco Javier Flores García, Presidente da Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF), que atua no âmbito das competências atribuídas pelo R.D 1072/2014, de 19 de Dezembro, através da qual é criada a Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria e é aprovado o seu Estatuto.

- Dr. João Jesus Caetano, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, I.P., representando a Autoridade Nacional de Segurança Ferroviária de Portugal, de acordo com o estabelecido na alínea m) do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 236/2012, de 31 de outubro, que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

**Acordam:**

**I. Definições e abreviações**

Lista das abreviações usadas no presente acordo:

- **ACM:** autorização de colocação no mercado
- **AESF:** Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (ANS del Reino de Espanha)
- **ANS:** Autoridade Nacional de Segurança
- **CSU:** certificado de segurança

**Acuerdo entre las Autoridades Nacionales de Seguridad de Portugal y del Reino de España referente a la seguridad operacional e interoperabilidad de las actividades ferroviarias en las secciones fronterizas**

En noviembre de 2023,

**Reunidos:**

- D. Francisco Javier Flores García, Presidente de la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF), que actúa en virtud de las competencias asignadas por el R. D. 1072/2014, de 19 de diciembre, por el que se crea la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria y se aprueba su Estatuto.

- Dr. João Jesus Caetano, Presidente del Consejo Directivo del Instituto da Mobilidade e dos Transportes – IMT, I.P., representando a la Autoridad Nacional de Seguridad Ferroviaria de Portugal, de acuerdo con lo establecido en el artículo 3, m), del Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de octubre, y se aprueba la organización del Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

**Acuerdan:**

**I. Acrónimos y definiciones**

Se listan a continuación los acrónimos utilizados en el presente acuerdo:

- **APM:** autorización de puesta en el mercado
- **AESF:** Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (ANS del Reino de España)
- **ANS:** Autoridad Nacional de Seguridad
- **CSU:** certificado de seguridad

<p>único</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>EF</b>: empresa ferroviária</li> <li>- <b>GI</b>: Gestor da Infraestrutura</li> <li>- <b>IMT</b>: Instituto da Mobilidade e dos Transportes (ANS de Portugal)</li> <li>- <b>SGS</b>: Sistema de Gestão de Segurança.</li> </ul> <p>Na aplicação do presente acordo, entende-se por secção transfronteiriça, a linha ou troço ferroviário compreendido entre duas estações fronteira, tal como definido no Anexo I. As estações fronteiras entre Espanha e Portugal encontram-se definidas no Anexo I.</p> <p><b>II. Âmbito</b></p> <p>O presente acordo é celebrado entre o Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), por parte de Portugal, e a Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF), por parte do Reino de Espanha, que intervêm como Autoridades Nacionais de Segurança (ANS), conforme se encontra definido na Diretiva 2016/798/UE.</p> <p>Este acordo tem por objeto a cooperação entre as partes, no que diz respeito às atividades ferroviárias entre Portugal e Espanha, relativas ao tráfego transfronteiriço e internacional (comboios de passageiros, mercadorias ou outros). As Diretivas 2016/797 e 2016/798 determinam a cooperação entre as ANS dos Estados membros da União Europeia em matéria de certificados para empresas ferroviárias (EF) e autorizações de veículos.</p> <p>O presente acordo aplica-se às seguintes solicitações, relativas ao tráfego entre ambos os países, no âmbito das secções transfronteiriças:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CSU de empresas ferroviárias;</li> <li>- Autorização de veículos.</li> </ul> <p>As partes signatárias comprometem-se a</p>	<p>único</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>EF</b>: empresa ferroviaria</li> <li>- <b>AI</b>: Administrador de la Infraestructura</li> <li>- <b>IMT</b>: Instituto da Mobilidade e dos Transportes (ANS de Portugal)</li> <li>- <b>SGS</b>: Sistema de Gestión de Seguridad.</li> </ul> <p>En la aplicación de este acuerdo se entiende como sección fronteriza la línea o tramo ferroviario comprendido entre dos estaciones frontera, definidas como tales en el Anexo I. Las estaciones frontera entre España y Portugal se definen en el anexo I.</p> <p><b>II. Ámbito</b></p> <p>El presente acuerdo se celebra entre el Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P (IMT) por parte de Portugal, y la Agencia Estatal de Seguridad Ferroviaria (AESF) por parte del Reino de España, que intervienen como Autoridades Nacionales de Seguridad (ANS) en el sentido que se recoge en la Directiva 2016/798/UE.</p> <p>Este acuerdo tiene por objeto la cooperación entre las partes en relación a las actividades ferroviarias entre Portugal y España en materia de tráfico transfronterizo e internacional (trenes de pasajeros, mercancías u otros, etc.). Las Directivas 2016/797 y 2016/798 promueven que las ANS de los estados miembros de la Unión Europea cooperen en materia de certificados para empresas ferroviarias (EF) y autorizaciones de vehículos.</p> <p>El presente acuerdo se aplicará a las siguientes solicitudes relativas a tráficos entre ambos países, en el ámbito de las secciones fronterizas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CSU de empresas ferroviarias;</li> <li>- Autorizaciones de vehículos.</li> </ul> <p>Las partes firmantes se comprometen a</p>
--	--

<p>cooperar e coordenar-se entre si para implementar abordagens comuns acerca das referidas autorizações e certificados, com vista a facilitar as diligências entre os dois países e simplificar a tramitação dos processos no que for possível.</p> <p>Fica estabelecido que o presente acordo não poderá quebrar o princípio de respeito pela competência territorial de cada ANS, nem restringir de forma alguma as competências materiais que lhes cabem.</p> <p>O presente acordo descreve as condições gerais de cooperação entre as duas ANS, em conformidade com as normas europeias, portuguesas e espanholas. As disposições técnicas e organizativas dos temas enunciados estão detalhadas nos anexos técnicos.</p> <p><b>III. Base legal</b></p> <p>O presente acordo insere-se no quadro das disposições regulamentares adotadas pela União Europeia, por Portugal e por Espanha, que se indicam a seguir.</p> <p>Quanto à legislação da União Europeia, são aplicadas as seguintes disposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretiva (UE) 2016/797 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativo à interoperabilidade do sistema ferroviário na União Europeia.</li> <li>• Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativo à segurança ferroviária.</li> <li>• Regulamento de Execução (UE) 2018/763 da Comissão, de 9 de abril de 2018, que estabelece as modalidades práticas para a</li> </ul>	<p>cooperar y coordinarse para implementar enfoques comunes para las citadas autorizaciones y certificados, facilitando los servicios entre ambos países, simplificando la realización de trámites en lo posible.</p> <p>Queda establecido que el presente acuerdo no podrá quebrantar el principio de respeto de la competencia territorial que le incumbe a cada ANS, ni restringir de ninguna manera las competencias materiales que les competen.</p> <p>El presente acuerdo describe las disposiciones generales de cooperación entre las dos ANS, de conformidad con las normativas europeas, portuguesa y española. Las disposiciones técnicas y organizativas de los temas enunciados se detallan en los anexos técnicos.</p> <p><b>III. Base legal</b></p> <p>El presente acuerdo se inscribe en el marco de las disposiciones reglamentarias adoptadas por la Unión Europea, por Portugal y por España, que se indican a continuación.</p> <p>En cuanto a la legislación de la Unión Europea, son de aplicación las siguientes disposiciones:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Directiva (UE) 2016/797 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 11 de mayo de 2016, sobre la interoperabilidad del sistema ferroviario dentro de la Unión Europea.</li> <li>• Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 11 de mayo de 2016, sobre seguridad ferroviaria.</li> <li>• Reglamento de Ejecución (UE) 2018/763 de la Comisión, de 9 de abril de 2018, por el que se establecen las modalidades</li> </ul>
---	---

<p>emissão de certificados de segurança únicos às empresas ferroviárias nos termos da Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 653/2007 da Comissão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento de Execução (UE) 2018/545 da Comissão, de 4 de abril de 2018, que estabelece as regras detalhadas para a autorização dos veículos ferroviários e para o processo de autorização de tipo de veículo ferroviário nos termos da Diretiva (UE) 2016/797 do Parlamento Europeu e do Conselho.</li> <li>• Regulamento Delegado (UE) 2018/761 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2018, que estabelece métodos comuns de segurança para a atividade de supervisão pelas autoridades nacionais de segurança subsequente à emissão do certificado de segurança único ou de uma autorização de segurança, em conformidade com a Diretiva (UE) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2012 da Comissão.</li> </ul>	<p>prácticas para la expedición de certificados de seguridad únicos a empresas ferroviarias con arreglo a la Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo, y por el que se deroga el Reglamento (CE) 653/2007 de la Comisión.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reglamento de Ejecución (UE) 2018/545 de la Comisión, de 4 de abril de 2018, por el que se establecen las disposiciones prácticas relativas a la autorización de vehículos ferroviarios y al proceso de autorización de tipo de vehículos ferroviarios con arreglo a la Directiva (UE) 2016/797 del Parlamento Europeo y del Consejo.</li> <li>• Reglamento Delegado (UE) 2018/761 de la Comisión, de 16 de febrero de 2018, por el que se establecen métodos comunes de seguridad comunes para la supervisión por las autoridades nacionales de seguridad tras la expedición de un certificado de seguridad único o una autorización de seguridad con arreglo a la Directiva (UE) 2016/798 del Parlamento Europeo y del Consejo y por el que se deroga el Reglamento (UE) 1077/2012 de la Comisión.</li> </ul>
<p>No que diz respeito à legislação portuguesa, são aplicáveis as seguintes disposições legais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-lei n.º 91/2020, de 20 de outubro, relativo à Interoperabilidade Ferroviária;</li> <li>• Decreto-lei n.º 85/2020, de 13 de outubro, relativo à Segurança Ferroviária</li> </ul>	<p>Respecto a la legislación portuguesa, son de aplicación las siguientes disposiciones legales:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-lei n.º 91/2020, de 20 de outubro, relativo à Interoperabilidade Ferroviária</li> <li>• Decreto-lei n.º 85/2020, de 13 de outubro, relativo à Segurança Ferroviária</li> </ul>
<p>No que diz respeito à legislação</p>	<p>Respecto a la legislación española, son</p>

espanhola são aplicáveis as seguintes disposições legais:

- Ley 38/2015, de 29 de septiembre, del sector ferroviario. Disposición adicional decimoséptima sobre secciones fronterizas.
- Real Decreto 929/2020, de 27 de octubre, sobre Seguridad Operacional e Interoperabilidad Ferroviarias

#### **IV. Desenvolvimento dos temas**

A validade dos CSU e das autorizações de veículos até à(s) estação(ões) fronteiriça(s) do estado-membro vizinho implica uma definição precisa e partilhada dos limites das secções transfronteiriças. De acordo com a Diretiva 2016/798 (artigo 10.8), assim como de acordo com os regulamentos (UE) 2018/545 (artigo 4.8) e 2018/763 (artículo 3.11), a definição das secções transfronteiriças deve estabelecer-se com base em características e normas de exploração semelhantes nas duas redes.

O Anexo I apresenta a lista das secções transfronteiriças entre Portugal e Espanha, assim como uma definição funcional dos limites operacionais de cada secção.

##### **IV.I Validade do CSU nas secções transfronteiriças**

O artigo 10.8 da Diretiva 2016/798 estabelece que um CSU, emitido no território de um estado-membro, pode ser válido, sem necessidade de alargamento da área de operação para a EF, mediante certas condições, até à estação fronteiriça do estado vizinho.

Em geral, o objetivo será garantir que o sistema de gestão de segurança (SGS) implementado por cada EF assegure o

de aplicación las siguientes disposiciones legales:

- Ley 38/2015, de 29 de septiembre, del sector ferroviario. Disposición adicional decimoséptima sobre secciones fronterizas.
- Real Decreto 929/2020, de 27 de octubre, sobre Seguridad Operacional e Interoperabilidad Ferroviarias

#### **IV. Desarrollo de los temas**

La validez de los CSU y las autorizaciones de vehículos hasta la o las estaciones fronterizas del estado miembro vecino implica una definición precisa y compartida de los límites de las secciones fronterizas. De acuerdo con la Directiva 2016/798 (artículo 10.8), así como de acuerdo con los reglamentos (UE) 2018/545 (artículo 4.8) y 2018/763 (artículo 3.11), la definición de las secciones fronterizas debe establecerse en base a las características y las normas de explotación similares en las dos redes.

El Anexo I presenta la lista de las secciones fronterizas entre Portugal y España, así como una definición funcional de los límites operacionales de cada sección.

##### **IV.I Evaluación de CSU en las secciones frontera**

El artículo 10.8 de la Directiva 2016/798 establece que un CSU emitido en el territorio de un estado miembro puede ser válido sin ampliación del ámbito de operación y, en ciertas condiciones, hasta la estación fronteriza del país vecino.

En general, el objetivo será garantizar que el sistema de gestión de la seguridad (SGS) implementado por cada EF

conhecimento e o cumprimento das normas nacionais pertinentes no âmbito da operação em questão e tenha em conta as especificidades das secções transfronteiriças, se aplicável. Partindo desse critério, poderá existir um reconhecimento mútuo dos CSU emitidos por uma das partes, extensível à totalidade da secção transfronteiriça, simplificando a necessária validação a realizar pela outra parte.

As partes acordam em particular:

- Informar a ANS congénere, sempre que seja recebido um pedido de CSU aplicável às secções transfronteiriças.
- Aplicar os critérios e os procedimentos constantes no Anexo II deste acordo na emissão de um CSU que abrange secções transfronteiriças.
- Colaborar para simplificar a tramitação dos pedidos no que for possível.

#### **IV.II Autorização de veículos para as secções transfronteiriça**

O artigo 21.8 da Diretiva 2016/797 estabelece que a ACM de um veículo, emitida no território de um estado-membro, pode ser válida sem necessidade de alargamento da área de utilização, mediante certas condições, até à(s) estação(ões) fronteira(s) do outro estado membro.

Para isso, a ACM deve assegurar que o veículo é compatível com a totalidade da secção transfronteiriça e cumpre as normas aplicáveis nesse troço em ambos os países. Se isto se verificar, a ACM poderá ser válida sem tramitação da ampliação da área de uso.

As partes acordam em particular:

garantice el conocimiento y el cumplimiento de las normas nacionales pertinentes en el ámbito de operación en cuestión y tenga en cuenta las especificidades de las secciones fronterizas, si corresponde. Partiendo de ese criterio, podrá existir un reconocimiento mutuo de los CSU emitidos por una parte en la totalidad de la sección fronteriza y simplificar la validación necesaria por la otra parte.

Las partes acuerdan en particular:

- Informar a la otra ANS de cada solicitud que reciban de un CSU aplicable a las secciones fronterizas.
- Aplicar los criterios y el procedimiento según el Anexo II de este acuerdo para emitir el CSU en las secciones fronterizas.
- Colaborar para simplificar todo lo posible la tramitación de las solicitudes.

#### **IV.II Autorizaciones de vehículos para las secciones fronterizas**

El artículo 21.8 de la Directiva 2016/797 establece que la APM de un vehículo emitida en el territorio de un estado miembro puede ser válida sin ampliación del área de uso y, en ciertas condiciones, hasta la o las estaciones fronterizas del otro estado miembro.

Para ello, la APM debe asegurar que el vehículo es compatible con la sección fronteriza en su totalidad y cumple con las normas aplicables con ese tramo en ambos países. Si esto se verifica, la APM podrá ser válida sin tramitar una ampliación del área de uso.

Las partes acuerdan en particular:

- Informar a ANS congénere, sempre que seja recebido um pedido de ACM de veículos, aplicável às secções transfronteiriças.

- Aplicar os critérios e os procedimentos constantes no Anexo III deste acordo na emissão de uma ACM de veículos que abrange secções transfronteiriças.

- Colaborar para simplificar no que for possível a tramitação dos pedidos.

Este procedimento é também aplicável à emissão de autorizações de tipo de veículo (artigo 24.º) ou à atualização de autorizações para inclusão de área de utilização de secções transfronteiriças (artigo 21.13).

#### **V. Procedimento de trabalho**

Os procedimentos de emissão de um CSU ou de uma autorização de veículos que abranja estação fronteiriça, iniciam-se com um pedido do requerente. Assim que uma das ANS receba o pedido, deverá comunicá-lo à ANS fronteiriça para que esta analise a validade da documentação apresentada, especificamente para a(s) secção(ões) transfronteiriça(s) em que o requerente pretenda vir a operar.

A ANS fronteiriça deverá comprovar que o requerente entregou as evidências do cumprimento dos requisitos definidos no Anexo II ou III, de modo a que se possam avaliar e verificar. A ANS aplicará os métodos próprios de avaliação no que se refere à verificação do cumprimento dos requisitos específicos estabelecidos no anexo correspondente deste acordo.

- Informar a la otra ANS, de cada solicitud que reciban de una APM de vehículos aplicable a las secciones fronterizas.

- Aplicar los criterios y el procedimiento según el Anexo III de este acuerdo para emitir la APM de vehículos en las secciones fronterizas.

- Colaborar para simplificar todo lo posible la tramitación de las solicitudes.

Este procedimiento también es de aplicación para la emisión de autorizaciones del tipo de vehículos (artículo 24) o para la actualización de autorizaciones para incorporar el área de uso de las secciones fronterizas (artículo 21.13).

#### **V. Procedimiento de trabajo**

Los procedimientos de emisión de un CSU hasta la estación frontera o autorizaciones de vehículos hasta la estación frontera se inician con la petición del solicitante. Una vez que una de las ANS reciba dicha solicitud, deberá comunicarlo a la ANS fronteriza para que ésta analice la validez de la documentación presentada, en concreto para la o las secciones frontera en las que el solicitante pretende operar.

La ANS fronteriza deberá comprobar que el solicitante ha entregado las evidencias de cumplimiento de los requisitos definidos en el Anexo II o III, de tal modo que puedan evaluarse y verificarse dichas evidencias. La ANS correspondiente aplicará los métodos propios de evaluación en los que se integre la verificación del cumplimiento de los requisitos específicos establecidos en el anexo correspondiente de este acuerdo.



Ao longo do processo de avaliação deverão existir canais de comunicação fluida entre ambas as ANS para permitir:

- complementar ou clarificar, conforme o caso, os requisitos aplicáveis na secção transfronteiriça.
- colaborar na avaliação da documentação respeitante às suas próprias normas nacionais, caso a ANS recetora do pedido assim o requeira.

Se a avaliação da documentação realizada pela ANS fronteiriça permitir garantir o cumprimento dos requisitos exigidos nas secções transfronteiriças para as quais se realizou o pedido, a ANS recetora do pedido emitirá o CSU para o âmbito de operação até às estações fronteira ou a autorização de veículos para a área de utilização que inclua as ditas secções.

Após a tomada de decisão a ANS concedente informará a outra ANS, ao mesmo tempo que entrega a autorização ou certificado ao requerente.

## **VI. Comunicação**

### **VI.I Comunicação entre ANS**

Ambas as partes se comprometem a comunicar o mais cedo possível qualquer facto significativo que possa ser de interesse ou que afete a outra parte.

Mediante o presente acordo, as partes comprometem-se a promover a troca dos seus códigos de boas práticas e experiências concretas, com o objetivo de elevar o nível de conhecimento das ANS e incrementar o nível de segurança operacional do sistema ferroviário.

Cada parte compromete-se, em devido

A lo largo del proceso de evaluación existirán cauces de comunicación fluida entre ambas ANS que permitirán:

- complementar o aclarar, en su caso, los requisitos aplicables en la sección fronteriza.
- colaborar en la evaluación de la documentación respecto a sus propias normas nacionales si la ANS receptora de la solicitud lo requiere.

Si la evaluación de la documentación realizada por la ANS fronteriza permite garantizar el cumplimiento de los requisitos a cumplir en las secciones frontera para las que se realiza la solicitud, la ANS receptora de la solicitud emitirá el CSU para el ámbito de operación hasta las estaciones frontera o la autorización de vehículos para el área de uso que incluya dichas secciones frontera.

Tras la toma de decisión, la ANS otorgante informará a la otra ANS, al mismo tiempo que entrega la resolución al solicitante.

## **VI. Comunicación**

### **VI.I Comunicación entre ANS**

Ambas partes se comprometen a comunicar lo antes posible cualquier hecho significativo que pueda ser de interés para la otra parte o que le afecte.

Mediante el presente Acuerdo, las partes se comprometen a promover el intercambio de sus códigos de buenas prácticas y experiencias concretas, con el objetivo de elevar el nivel de conocimiento de las ANS e incrementar el nivel de seguridad operacional del sistema ferroviario.

Cada parte se compromete a informar a

tempo, a informar a outra sobre qualquer dificuldade que possa encontrar no contexto da implementação deste acordo. Em caso de impasse na interpretação ou execução do acordo, as partes esforçar-se-ão para resolver as suas diferenças de maneira amistosa e no menor prazo possível.

As partes comprometem-se, no caso de incidentes ou acidentes nas secções transfronteiriças, a cooperar para partilhar rapidamente a informação pertinente. Comprometem-se igualmente, na medida do possível e em conformidade com as normas de confidencialidade aplicáveis, a trocar as informações e análises relevantes relativas aos relatórios e às recomendações dos organismos nacionais de investigação de acidentes.

#### **VI.II Identificação dos representantes de cada ANS**

Cada ANS identificará e designará as seguintes pessoas de contacto:

- Um representante para o acompanhamento da aplicação do presente acordo. Este representante deve possuir o estatuto adequado para dirimir conflitos que surjam na sua execução. No caso da AESF, este representante será o Diretor da AESF. No caso do IMT, será o Presidente do Conselho Diretivo.
- Uma pessoa de contacto técnico de “avaliação dos CSU” responsável pela organização e seguimento dos pedidos.
- Uma pessoa de contacto técnico de “avaliação das autorizações de veículos” responsável pela organização e seguimento dos

la otra parte a su debido tiempo sobre cualquier dificultad con que pueda encontrarse en el contexto de la implementación de este acuerdo. En caso de dificultad en la interpretación o la ejecución del acuerdo, las partes se esforzarán por resolver diferencias de manera amistosa en el plazo más breve posible.

Las partes se comprometen, en caso de incidentes o accidentes en las secciones fronterizas, a cooperar para compartir rápidamente la información pertinente. Se comprometen, en la medida de lo posible y de conformidad con las normas de confidencialidad aplicables, a intercambiar las informaciones y análisis relevantes relativos a los informes y a las recomendaciones de los organismos de investigación de accidentes nacionales.

#### **VI.II Identificación de representantes en cada ANS**

Cada ANS identificará y designará a las siguientes personas de contacto:

- Un representante para el seguimiento de la aplicación del presente acuerdo. Este representante debe tener un nivel adecuado para dirimir controversias que surjan en la aplicación del acuerdo. En el caso de la AESF, este representante será el Director de la AESF. En el caso de IMT, será el Presidente del Consejo Director.
- Una persona de contacto técnico de “evaluación de los CSU” responsable de la organización y el seguimiento de las solicitudes comunes.
- Una persona de contacto técnico de “evaluación de las autorizaciones de vehículos” responsable de la organización y el seguimiento de

pedidos.	las solicitudes comunes.
<p>Cada pessoa de contacto de ambas as partes encarregar-se-á de proporcionar um endereço de correio eletrónico e um número de telefone que permita a comunicação direta entre interlocutores homólogos. Se cada parte o desejar, poderá nomear a mesma pessoa de contacto para vários dos âmbitos anteriores.</p>	<p>Cada persona de contacto de las dos partes se encargará de proporcionar una dirección de correo electrónico y un número de teléfono que permita la comunicación directa entre interlocutores homólogos. Si así lo estima cada parte, podrá nombrarse una misma persona de contacto para varios de los ámbitos anteriores.</p>
<p><b>VII. Confidencialidade</b></p>	<p><b>VII. Confidencialidad</b></p>
<p>No respeito pelas normas internacionais, europeias e nacionais, em matéria de direito de acesso aos documentos administrativos, as partes comprometem-se a garantir a confidencialidade de todos os documentos e informações objeto de intercâmbio.</p>	<p>Respetando las normas internacional, europea y nacional en materia de derecho de acceso a los documentos administrativos, las partes se comprometen a garantizar la confidencialidad de todos los documentos e informaciones que se intercambien.</p>
<p>A obrigação de confidencialidade aplica-se especialmente às informações comunicadas livremente pelas pessoas durante as atividades de avaliação e autorização, assim como aos dados de ocorrências relacionadas com a segurança recolhidos entre as ANS.</p>	<p>La obligación de confidencialidad se aplica especialmente a las informaciones comunicadas libremente por las personas durante las actividades de evaluación y autorización, así como a los sucesos relacionados con la seguridad recabados entre las ANS.</p>
<p>As informações são tratadas respeitando-se o normativo europeu e nacional aplicável em matéria de proteção de pessoas no que concerne ao tratamento de dados de carácter pessoal.</p>	<p>Las informaciones se tratan respetando la normativa europea y nacional aplicable en la materia sobre la protección de las personas físicas acerca del tratamiento de datos de carácter personal.</p>
<p>Se uma das partes signatárias do presente acordo receber um pedido de acesso a documentos ou informações que tenham sido comunicadas por outra ANS (signatária ou não deste acordo), a parte solicitante dirigir-se-á ou será dirigida à ANS titular que se encontre na origem do documento ou informação.</p>	<p>Si una de las partes firmantes del presente acuerdo recibe una solicitud de acceso a documentos o informaciones que le han sido comunicados por otra ANS (firmante o no del presente acuerdo), la parte solicitante se dirigirá o será dirigida hacia la ANS titular que se encuentre en el origen del documento o de la información.</p>
<p>A obrigação de confidencialidade manter-se-á vigente mesmo em caso de extinção do presente acordo.</p>	<p>La obligación de confidencialidad seguirá vigente tras la extinción del presente acuerdo.</p>

<p><b>VIII. Conflito de interesses</b></p> <p>Cada parte adotará todas as medidas necessárias para prevenir ou eliminar qualquer situação que possa comprometer a execução imparcial e objetiva deste acordo. Perante qualquer conflito de interesses que aconteça durante a execução do acordo, dever-se-á, sem demora, notificar por escrito a outra parte.</p> <p>Atuando em conformidade com o seu quadro regulamentar, cada parte assegurar-se-á de que o seu pessoal, relacionado direta ou indiretamente com a cooperação resultante deste acordo, não se encontra numa situação que possa gerar conflito de interesses. Se necessário, tal pessoal será designado para o desempenho doutras tarefas não relacionadas com a cooperação e substituído sem demora, caso seja possível.</p> <p><b>IX. Reuniões de seguimento deste acordo</b></p> <p>No âmbito do seguimento do presente acordo de cooperação, os responsáveis reunir-se-ão regularmente, em princípio, pelo menos uma vez por ano.</p> <p>Durante as reuniões realizar-se-á uma avaliação do cumprimento do acordo, podendo-se produzir sugestões tendentes ao bom desenvolvimento da sua implementação. Em caso de necessidade expressa por pelo menos, uma das ANS signatárias, poderão organizar-se reuniões específicas.</p> <p><b>X. Entrada em vigor e validade</b></p> <p>O presente acordo entrará em vigor 20 dias após a assinatura das partes envolvidas.</p> <p>Não obstante, as partes deverão rever os termos deste acordo dois anos depois da</p>	<p><b>VIII. Conflicto de intereses</b></p> <p>Cada parte adoptará todas las medidas necesarias para prevenir o poner fin a cualquier situación que pueda comprometer la ejecución imparcial y objetiva de este acuerdo. Cualquier conflicto de intereses durante la ejecución del presente acuerdo deberá notificarse sin demora a la otra parte por escrito.</p> <p>Actuando de acuerdo con su marco regulatorio, cada parte se asegurará de que su personal relacionado directa o indirectamente con la cooperación en virtud de este acuerdo no se encuentre en una situación que pueda generar conflictos de intereses. Si fuera necesario, dicho personal se asignará a otras tareas no relacionadas con la cooperación y se sustituirá sin demora indebida, si es posible.</p> <p><b>IX. Reuniones de seguimiento de este acuerdo</b></p> <p>En el marco del seguimiento del presente acuerdo de cooperación, los responsables se reunirán regularmente, y en principio al menos una vez al año.</p> <p>Durante dichas reuniones se realizará una evaluación del cumplimiento del acuerdo y podrán realizar cualquier sugerencia tendente al buen desarrollo de la implementación del acuerdo. En caso de necesidad expresada por al menos una de las ANS firmantes, podrán organizarse reuniones específicas.</p> <p><b>X. Entrada en vigor y vigencia</b></p> <p>El presente acuerdo entrará en vigor 20 días después de su firma por el conjunto de las partes implicadas.</p> <p>No obstante, las partes deberán revisar los términos de este acuerdo dos años</p>
---	--

sua entrada em vigor, podendo a partir daí, revê-lo em qualquer momento que se considere necessário e conveniente por ambas as ANS.

Não obstante ainda, cada parte poderá, a todo o momento, rescindir o presente acordo mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. Esta rescisão será notificada à outra parte, por carta registada com aviso de receção.

### **ANEXOS TÉCNICOS**

Anexo I: Lista das secções transfronteiriças

Anexo II: Requisitos a cumprir para a emissão do CSU

Anexo III: Requisitos a cumprir para a autorização de veículos

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO  
INSTITUTO DA MOBILIDADE E TRANSPORTES,  
I.P.

Dr. João Jesus Caetano

después de su entrada en vigor, pudiendo a partir de ahí ser revisado en cualquier momento que se considere necesario y conveniente por ambas ANS.

No obstante, cada parte podrá, en todo momento, previo preaviso de 30 (treinta) días, rescindir el presente acuerdo. Esta rescisión será notificada a la otra parte, por carta certificada con acuse de recibo.

### **ANEXOS TÉCNICOS**

Anexo I: Listado de las secciones fronterizas

Anexo II: Requisitos a cumplir para la emisión del CSU

Anexo III: Requisitos a cumplir para la autorización de vehículos

EL PRESIDENTE DE LA AGENCIA ESTATAL DE  
SEGURIDAD FERROVIARIA

D. Francisco Javier Flores García